



Cidadania como Reconhecimento no acontecer lingüístico da moral: o *Mulheres da Paz* e o Pronasci em horizontes sociais

Guido Alt¹, Emil Albert Sobottka (orientador)

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Nosc – Núcleo de Estudos de Organizações, Segurança Pública e Cidadania

Resumo

Ao evocar direitos sociais de cidadania para legitimá-lo, o Pronasci – Programa Nacional de Segurança com Cidadania – assume reativamente como tarefa normativa do estado garantir as bases para o reconhecimento recíproco, representando a integridade social dos grupos que compõem o público de destino das políticas sociais com a semântica da *cidadania*. Focando neste aspecto do programa, esta pesquisa buscou reconstruir como as gramáticas do reconhecimento e da cidadania articulam-se na compreensão destas políticas sociais públicas. Definindo *reconhecimento* como “uma linguagem teórica” para a “reconstrução consistente e a justificação normativa das demandas políticas atuais” (Honneth, 2006), e *cidadania* como “um status conferido aos membros integrais de uma sociedade” (Marshall, 1967), pretendeu-se distinguir como estas gramáticas se expressam nas relações cotidianas dos operadores das políticas sociais a partir das esferas de vida moral pertinentes à sua veiculação, a saber, os âmbitos do reconhecimento jurídico e da estima mútua descritos por Honneth (1992). A metodologia empregou material qualitativo analisado a partir de entrevistas semi-estruturadas e autobiográficas coletadas entre operadores das políticas sociais do programa, centralmente, o projeto Mulheres da Paz. Avaliando a relevância das configurações típicas dos sentimentos de injustiça cotidianos, observou-se que os grupos sociais não encontram a proteção social almejada. As práticas vinculadas pela tipificação cultural de suas propriedades (nas situações domésticas, cívicas e laborais), relevantes para a reprodução de mundos da vida social e sua inserção identitária na sociedade, freqüentemente não estão protegidas pela semântica dos direitos sociais; ou seja, não estão socializadas no mesmo grau material que a representação do seu modo de vida em comum, afirmada na esfera discursiva pelo programa governamental. Isto torna o referencial intersubjetivo e prático dos direitos sociais, e seu respectivo modo de fundamentação, fragilizados no que tange à garantia dos seus bens específicos por imperativos que matizam a reprodução de desigualdades sociais, assumindo-se que esta conjectura ganharia expressão em narrativas biográficas de desrespeito.

¹ Graduando em Ciências Sociais e em Filosofia, na PUCRS. Bolsista de iniciação científica do CNPq.

Referências

Brasil – Ministério da Justiça. *Pronasci*: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. <portal.mj.gov.br/pronasci/>

Marshall, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Honneth, A. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In: Fraser, N.; Honneth, A. (orgs.). *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2006. p. 110-197.

Sobottka, E.A. Porque se faz política social no Brasil? Notas sobre estratégias de legitimação nos últimos dois governos federais. *Civitas*, v. 6, nº 1, jan.-jun. 2006, p.79- 93.